

Termo de Referência 121/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
121/2024	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS	04/12/2024 09:17 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08200.003046/2024-11

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de munições de diversos calibres para uso operacional e treinamento no interesse das diversas unidades da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES						
Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Treinamento 9mm Luger (9×19mm) Encamisado total (“full metal jacket”), 124 grains	242723	unid	12.677.882	R\$ 3,81	R\$ 48.361.243,72
2	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Operacional 9mm Luger (9×19mm) Encamisado ponta oca (“hollow point”), expansivo, 147 grains	242723	unid	4.063.731	R\$ 10,01	R\$ 40.664.401,54
3	Munição para carabinas e fuzis Treinamento 5.56 NATO (5.56 x45mm) 55 grains, Comum, Ball, M193, Treinamento	242723	unid	6.232.773	R\$ 7,71	R\$ 48.078.652,03
4	Munição para carabinas e fuzis Operacional Tropa comum 5.56 NATO (5.56x45mm) MK262, 77 grains	242723	unid	1.247.969	R\$ 13,23	R\$ 16.509.192,21
5	Munição para carabinas e fuzis Operacional Grupos Especiais 5.56 NATO (5.56x45mm) M855A1, 62 grains	242723	unid	711.000	R\$ 14,19	R\$ 10.086.728,34
6	Munição para carabinas e fuzis Operacional 7.62 NATO (7,62 x 51 mm) M80 NATO Ball	242723	unid	165.000	R\$ 8,61	R\$ 1.419.825,00

7	Munição para carabinas e fuzis Operacional Elada 7.62 NATO ELADA (7,62 x 51 mm) M80 NATO Ball	242723	unid	48.000	R\$ 10,92	R\$ 524.064,00
8	Munição para espingardas A 12 Gauge 70mm (2-3/4"), SG 32 gramas	242723	unid	60.000	R\$ 7,12	R\$ 427.320,00
9	Munição para espingardas B 12 Gauge 70mm (2-3/4"), Singular Foster (RIFLED SLUG) 28 gramas	242723	unid	40.000	R\$ 8,75	R\$ 350.100,00
10	Munição para carabina/fuzis de precisão .308 Win 175 grains	242723	unid	355.250	R\$ 21,97	R\$ 7.804.424,73
11	Munição para carabina/fuzis de precisão .338 Lapua Magnum 250 a 300 grains - HPBT	242723	unid	83.000	R\$ 97,90	R\$ 8.125.915,80
Valor Total						R\$ 182.351.867,37

Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico

Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme estabelecido no Anexo III deste Termo de Referência e em item específico do edital,

utilizando como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 9306.30.00 e 9306.21.90.

ÓRGÃO GERENCIADOR - PF				
Item	Descrição/Especificação	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Treinamento 9mm Luger (9×19mm) Encamisado total ("full metal jacket"), 124 grains	6.000.000	R\$ 3,81	R\$ 22.887.692,31
2	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Operacional 9mm Luger (9×19mm) Encamisado ponta oca ("hollow point"), expansivo, 147 grains	2.500.000	R\$ 10,01	R\$ 25.016.666,67
3	Munição para carabinas e fuzis Treinamento 5.56 NATO (5.56x45mm) 55 grains, Comum, Ball, M193, Treinamento	263.000	R\$ 7,71	R\$ 2.028.741,54
4	Munição para carabinas e fuzis Operacional Tropa comum 5.56 NATO (5.56 x45mm) MK262, 77 grains	325.000	R\$ 13,23	R\$ 4.299.375,60
5	Munição para carabinas e fuzis Operacional Grupos Especiais 5.56 NATO (5.56 x45mm) M855A1, 62 grains	565.000	R\$ 14,19	R\$ 8.015.473,30

6	Munição para carabinas e fuzis Operacional 7.62 NATO (7,62 x 51 mm) M80 NATO Ball	155.000	R\$ 8,61	R\$ 1.333.775,00
7	Munição para carabinas e fuzis Operacional Elada 7.62 NATO ELADA (7,62 x 51 mm) M80 NATO Ball	48.00	R\$ 10,92	R\$ 524.064,00
8	Munição para espingardas A 12 Gauge 70mm (2-3/4"), SG 32 gramas	40.000	R\$ 7,12	R\$ 284.880,00
9	Munição para espingardas B 12 Gauge 70mm (2-3/4"), Singular Foster (RIFLED SLUG) 28 gramas	40.000	R\$ 8,75	R\$ 350.100,00
10	Munição para carabina/fuzis de precisão .308 Win 175 grains	91.000	R\$ 21,97	R\$ 1.999.162,98
11	Munição para carabina/fuzis de precisão .338 Lapua Magnum 250 a 300 grains - HPBT	19.000	R\$ 97,90	R\$ 1.860.149,40
Valor Total				R\$ 68.600.080,79

Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico

Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme estabelecido no Anexo III deste Termo de Referência e em item específico do edital,

utilizando como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 9306.30.00 e 9306.21.90.

ÓRGÃO PARTICIPANTE PRF				
Item	Descrição/Especificação	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Treinamento 9mm Luger (9×19mm) Encamisado total ("full metal jacket"), 124 grains	6.077.882	R\$ 3,81	R\$ 23.184.782,18
2	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Operacional 9mm Luger (9×19mm) Encamisado ponta oca ("hollow point"), expansivo, 147 grains	963.731	R\$ 10,01	R\$ 9.643.734,87
3	Munição para carabinas e fuzis Treinamento 5.56 NATO (5.56x45mm) 55 grains, Comum, Ball, M193, Treinamento	5.719.773	R\$ 7,71	R\$ 44.121.448,96
4	Munição para carabinas e fuzis Operacional Tropa comum 5.56 NATO (5.56 x45mm) MK262, 77 grains	847.269	R\$ 13,23	R\$ 11.208.392,82

10	Munição para carabina/fuzis de precisão .308 Win 175 grains	355.250	R\$ 21,97	R\$ 3.806.098,76
11	Munição para carabina/fuzis de precisão .338 Lapua Magnum 250 a 300 grains - HPBT	83.000	R\$ 97,90	R\$ 4.405.617,00
Valor Total				R\$ 96.370.074,59

Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico

Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme estabelecido no Anexo III deste Termo de Referência e em item específico do edital,

utilizando como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 9306.30.00 e 9306.21.90.

ÓRGÃO PARTICIPANTE PMDF				
Item	Descrição/Especificação	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	Munição para pistolas semiautomáticas e submetalhadoras - Treinamento 9mm Luger (9×19mm) Encamisado total ("full metal jacket"), 124 grains	600.000	R\$ 3,81	R\$ 2.288.769,23
2	Munição para pistolas semiautomáticas e submetalhadoras - Operacional 9mm Luger (9×19mm) Encamisado ponta oca ("hollow point"), expansivo, 147 grains	600.000	R\$ 10,01	R\$ 6.004.000,00
3	Munição para carabinas e fuzis Treinamento 5.56 NATO (5.56x45mm) 55 grains, Comum, Ball, M193, Treinamento	250.000	R\$ 7,71	R\$ 1.928.461,54
4	Munição para carabinas e fuzis Operacional Tropa comum 5.56 NATO (5.56 x45mm) MK262, 77 grains	75.700	R\$ 13,23	R\$ 1.001.423,79
5	Munição para carabinas e fuzis Operacional Grupos Especiais 5.56 NATO (5.56 x45mm) M855A1, 62 grains	146.000	R\$ 14,19	R\$ 2.071.255,05
6	Munição para carabinas e fuzis Operacional 7.62 NATO (7,62 x 51 mm) M80 NATO Ball	10.000	R\$ 8,61	R\$ 86.050,00
8	Munição para espingardas A 12 Gauge 70mm (2-3/4"), SG 32 gramas	20.000	R\$ 7,12	R\$ 142.440,00
10	Munição para carabina/fuzis de precisão .308 Win 175 grains	91.000	R\$ 21,97	R\$ 1.999.162,98

11	Munição para carabina/fuzis de precisão .338 Lapua Magnum 250 a 300 grains - HPBT	19.000	R\$ 97,90	R\$ 1.860.149,40
Valor Total				R\$ 17.381.711,99

Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico

Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme estabelecido no Anexo III deste Termo de Referência e em item específico do edital,

utilizando como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 9306.30.00 e 9306.21.90.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e em suas quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso.

As **licitantes estrangeiras** deverão prever no preço do objeto o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro, despachantes e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2020 - **DPU – Delivered At Place Unloaded** - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, Brasil, bem como a "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 51 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, contida no Anexo III - Modelo de Propostas de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

O NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é um sistema de classificação de mercadorias fundamental para o comércio internacional, incluindo as licitações. Ele atribui um código numérico único a cada produto, padronizando a identificação em todo o bloco do Mercosul. Ao utilizar o código NCM no edital de licitação, o órgão público garante que todos os licitantes compreendam exatamente qual produto ou serviço está sendo adquirido. Isso evita divergências de interpretação e possibilita uma comparação mais justa entre as propostas. O código NCM define a alíquota dos impostos incidentes sobre a mercadoria, como o Imposto de Importação. Essa informação é crucial para o cálculo do preço final do produto e para a comparação entre as propostas. O NCM é utilizado para verificar se a mercadoria entregue corresponde àquela descrita no edital. Isso evita a entrega de produtos não conformes e garante que o órgão público adquira exatamente o que precisa. O código NCM é utilizado pela Receita Federal para o controle aduaneiro das mercadorias importadas. Ao utilizar o NCM correto, o importador agiliza o processo de desembaraço aduaneiro e evita problemas com a fiscalização. O NCM é baseado no Sistema Harmonizado (SH), um sistema internacional de classificação de mercadorias. Ao utilizar o NCM, o Brasil se alinha às práticas internacionais e facilita o comércio com outros países. A aplicação da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é uma exigência legal no Brasil e nos demais países Mercosul. É uma ferramenta indispensável para garantir transparência nas operações de tributação de mercadorias. Com isso, será utilizado como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 9306.30.00 e 9306.21.90, cujo objeto trata sobre munições e cartuchos.

Não será feita equalização pelas alíquotas de importação, pois isso causaria quebra da isonomia, com maior onerosidade para licitantes estrangeiras, o que violaria o art. 9º, II, e o art. 52, § 6º, ambos da Lei nº 14.133/21. Para igualar gravames, tendo os NCMs 9306.30.00 e 9306.21.90.

Objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.010/90 e Lei Federal nº 8.032/90), o processo de importação do bem objeto desta licitação será realizado pela empresa contratada, em nome da Polícia Federal, por meio de despachante custeado pela empresa contratada, e aprovado pela contratante;

Qualquer tributo, imposto, taxa, encargo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta, será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento;

Serão da exclusiva e total responsabilidade da Licitante obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

São de responsabilidade da CONTRATADA, a obtenção da licença de importação, pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembaraço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. A CONTRATANTE fornecerá toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à CONTRATADA para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas do objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET /CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

A modalidade de licitação para a aquisição de bens será o Pregão Eletrônico, menor preço, de ampla participação de Empresas Nacionais e de Empresas Internacionais. O sistema adotado será o de Registro de Preços com base nos incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2. Fundamentação da contratação

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024

Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

Id do item no PCA: 297

Classe/Grupo: 1305 - MUNIÇÃO DE CALIBRE ATÉ 30MM

Identificador da Futura Contratação: 200334-90012/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e demais anexos deste Termo de Referência..

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4.ª edição, agosto/2021).

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

Outras formas vedadas pelo poder público.

A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 6ª edição, setembro/2023.

Da exigência de amostra

Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

A realização dos exames de amostras ocorrerá na fábrica do licitante classificado em primeiro lugar;

O Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra e a submeta à Comissão de Avaliação de Amostras, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 20 (dias) dias úteis contados da solicitação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que apresentadas as razões pelo licitante.

A análise das amostras ocorrerá em horário comercial, na fábrica do licitante, informado em mensagem no chat, devendo todas as despesas com passagem, hospedagem e alimentação da comissão a ser designada para avaliação de amostras a ocorrer pela Polícia Federal, enquanto perdurarem os exames de amostras;

As amostras deverão estar devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante, conterem os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto e modelo.

As amostras deverão ser embaladas e lacradas, individualmente, de forma que permitam a conferência visual quando do recebimento pela comissão, sem que seja necessária a violação do invólucro oriundo da empresa;

As amostras serão abertas apenas no momento da realização dos testes, que será aberto para todos os interessados;

O licitante deverá disponibilizar representante para acompanhar a Comissão de Avaliação de Amostras, durante toda a execução da análise.

Todos os itens da licitação estarão sujeitos à análise de amostra;

É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

Possuir características gerais e específicas, atendimento fiel à forma que será comercializada, caso aprovada, bem como às normas vigentes, exigências legais sobre lote de rastreabilidade, lote de fabricação, embalagem e outros tópicos contidos Anexo I - Especificações técnicas e Normas - deste Termo de Referência;

Ser aprovada conforme protocolo de estabelecido no Anexo II - Testes de Amostra e para Recebimento Provisório, deste Termo de Referência;

As amostras e as documentações serão analisadas pela Comissão de Avaliação de Amostras, responsáveis por avaliar a compatibilidade do produto com o descrito no termo de referência e seus anexos. A Comissão acompanhará os testes (que serão conduzidos pela Licitante) e redigirá um relatório que ficará disponível para consulta dos interessados.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

As amostras deverão estar devidamente prontas para serem analisadas pela Comissão, que emitirá parecer em que constará a indicação de que a amostra foi : (1) aprovada sem ressalvas, (2) aprovada com ressalvas ou (3) reprovada.

Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

A licitante vencedora deverá entregar o número de amostras a mais do material adquirido, sem custo ao erário, tendo em vista as análises por ocasião do recebimento e procedimentos descritos no Anexo I e II do Termo de Referência;

Com a aprovação, o licitante terá sua proposta aceita, se cumpridas as demais exigências da fase licitatória. O material a ser entregue, objeto contratual, deverá estar rigorosamente de acordo com a amostra apresentada *in loco* à Comissão de Avaliação de Amostras.

A hipótese de aprovação com ressalvas somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será concedido novo prazo de 2 (dois) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

Após as correções ou apresentação de nova amostra, a Comissão emitirá novo parecer em que constará se esta foi aprovada ou reprovada.

Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra reprovada, que não apresentar amostra, ou não a corrigir nos prazos estabelecidos.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

A amostra analisada de qualidade superior em relação às especificações solicitadas, será aceita, desde que esteja acompanhada de declaração do licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Edital.

As amostras selecionadas para teste e separadas serão embaladas, lacradas, rubricadas pelo representante da Contratante e da Contratada e coletadas pela Equipe Técnica de Planejamento.

A Contratada não se obriga a repor os materiais danificados em decorrência das análises.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento da regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO****Condições de Entrega**

O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceite da Administração Pública.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Após a emissão da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, a CONTRATANTE deverá comunicar/requerer junto a do Exército Brasileiro, autorização de aquisição de Produto Controlado pelo Exército, PCE, dentro do saldo existente daquele(s) item (ns) no Planejamento Estratégico de Produto Controlado.

Após a assinatura o recebimento da Autorização suso, a CONTRATANTE deverá emitir a(s) Ordem(ns) de Fornecimento de Bens de acordo com as demandas previstas.

A Ordem de Fornecimento de Bens indicará o item, a quantidade, condições gerais, os locais de entrega, os prazos e o responsável pelo recebimento e conferência dos equipamentos fornecidos.

Em hipótese alguma será recebida entrega sem prévia Ordem de Fornecimento e sem concordância com os termos previstos nela.

No prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, a Contratada deverá apresentar o cronograma de entrega dos itens adquiridos à fiscalização do contrato, contendo a data prevista para a efetiva entrega em todos os destinatários contemplados.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues no endereço previsto na ordem de fornecimento de bens, dentro do Distrito Federal/DF - Brasil.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deverá ser correspondente ao prazo de validade do produto, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 dias úteis, prorrogável por igual período (por se tratar de Produto Controlado pelo Exército) contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

A licitante vencedora dará garantia ao produto (munições), contra defeitos ou vícios de fabricação, desde que conservadas em embalagem e condições especiais, conforme indicação do fabricante;

No caso dos bens que apresentarem defeitos e, forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega dos bens;

A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal;

Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

Todos os objetos, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas;

Os bens deverão ter validade mínima de 10 (dez) anos a contar de sua fabricação e após ser retirada da embalagem original será de 1 (um) ano, desde que seguidas as recomendações de armazenagem e estocagem do fabricante;

A data de fabricação não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data de entrega;

A fabricante colocará à disposição da Administração, a pedido, técnicos e laboratórios para prestar quaisquer informações técnicas acerca dos componentes, análises quanto ao desempenho do produto ou comprovação de características exigidas nestas especificações técnicas, cujos custos de eventuais procedimentos ficarão às expensas da licitante;

a fabricante terá 02 (dois) dias úteis para prestação de assistência técnica, contado a partir da notificação do pedido a empresa pela Administração Pública.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,

baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

Os bens serão recebidos provisoriamente, da seguinte forma:

Após emissão de ordem de fornecimento de bens, em até 120 dias os bens deverão ser entregues no endereço citado, dentro do Distrito Federal - DF, através do *INCOTERM DPU*, sendo todos os custos da importação: seguro, frete, transporte, armazenagem, dentre outros da mercadoria até o destino serão custeados pela contratada. Estão inclusos os custos de armazenagem antes do desembaraço alfandegário utilizando o RADAR da PF.

Para fornecedor estrangeiro, a Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, desde que atendidas as condições mínimas de operacionalização, como estado de conservação do veículo da Contratada para o traslado, horário previsto, etc. para o trajeto aeroporto ao local indicado na ordem de fornecimento de bens, em Brasília/DF. O Comando de Operações Táticas - COT/PF irá deliberar sobre tais condições;

Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.

Todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.

O recebimento provisório ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da entrega dos bens, para contratações inferiores a 1.000.000 de unidades (um milhão) para munições calibre 9x19 mm, 150.000 para munições calibres 5,56x45, 7,62x45mm e 12 GA.

No caso de contratação em quantidades superiores à 1.000.000 de unidades (um milhão) para munições calibre 9x19 mm, 150.000 para munições calibres 5,56x45, 7,62x45mm e 12 GA ou, para qualquer montante contratado para o calibre .308 WIN e .338 LAPUA MAGNUM, os bens serão recebidos provisoriamente, na fábrica da empresa, de forma sumária, no prazo de até 10 (dez) dias, após a realização dos testes previstos no Anexo II - Testes de Amostra e para Recebimento Provisório, por comissão de servidores desta EPC, Fiscalização e Instrutores, a ser definida em processo a parte, e, caso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Provisório e Autorização para Embarque (para empresas estrangeiras), para efeito verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

As despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos servidores indicados acima ocorrerão às custas da Polícia Federal;

Os custos dos testes ocorrerão às expensas da Contratada.

A Contratada deverá informar a data estimada para conclusão da produção com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de organização/planejamento da Comissão de Recebimento.

No momento do recebimento provisório, a empresa deverá apresentar Certificado de Conformidade (PCE), para cada item (tipo de munição), válido, emitido pela autoridade competente, dentro do prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020 e, após lavratura do termo de recebimento provisório será concedida autorização para embarque/distribuição dos lotes aprovados no recebimento em fábrica.

Todos os documentos deverão ser apresentados no ato da proposta ou ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico do Exército Brasileiro - EB.

No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção, pela CONTRATADA, de licenças junto ao Exército Brasileiro em relação ao desembaraço aduaneiro, em pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

A Contratada obriga-se a entregar o material, a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações mínimas descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela Administração, não estar em conformidade com as referidas especificações;

Caso os objetos sejam diferentes dos previstos neste Termo de Referência ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a Contratada com o ônus decorrente do atraso;

Caberá à comissão de fiscalização do contrato rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento;

Os materiais deverão ser totalmente novos e devem guardar absoluta observância às especificações constantes nos Anexos deste Termo de Referência.

As munições poderão ser recebidas definitivamente de forma integral, quando todo o conjunto estiver em conformidade com as especificações ou de forma parcial, descartando-se aquelas desconformes;

Para bens oriundos de empresa estrangeira, o recebimento definitivo se dará em até 10 dias úteis (dez) do recebimento físico da carga, livre e desembaraçada, no local indicado pela Ordem de Fornecimento de Bens, com a respectiva *invoice traduzida* e demais documentos de embarque (por exemplo: AWB e Packing List), com todos os detalhes, tais como: descrição e quantidade da mercadoria, data e hora de chegada, número do Conhecimento de Carga (por exemplo: AWB), número de volumes, peso bruto e líquido, valor do frete internacional e valor DPU (*Delivered At Place Unloaded*).

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

No caso de empresa estrangeira será realizado o pagamento na modalidade "Remessa em Saque", com taxa de câmbio de fechamento PTAX do Banco Central (considerando a média das cotações de compra e venda), vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, ou através de Carta de Crédito, nos termos da legislação em vigor, observando-se que:

O pagamento será efetuado em Dólares dos Estados Unidos da América (US\$) ou Euros (EUR), cuja moeda será definida no momento do contrato, mediante a abertura de crédito documentário irrevogável e irretratável no banco emissor (issuing bank) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em Dólares dos Estados Unidos da América ou Euros, conforme o preço definido na sessão pública, considerando como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (proforma invoice), em obediência ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64; na Lei Federal nº 10.192/01 c/c Decreto lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários – (UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio – (ICC), c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que:

- o crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível;
- a validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido neste Edital e seus Anexos.
- As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.
- A(s) fatura(s) pró-forma (proforma invoice) deverá(ão) ser encaminhada(s) para a Polícia Federal, no endereço citado no preâmbulo do Edital, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.
- Todas as operações financeiras serão efetivadas pelo agente financeiro Banco do Brasil S/A, sob ordem do responsável pela conta existente para este fim, da Polícia Federal;
- O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil – Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos relacionados na Seção 2, do Capítulo 16, do Título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).
- O efetivo pagamento e liquidação nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 será considerado efetivado com a autorização para o banco negociador realizar o pagamento da carta de crédito ao beneficiário ou, em hipótese alternativa, pelo depósito em conta bancária aberta no Brasil na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.
- Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à CONTRATADA estrangeira, com proposta em moeda estrangeira, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário (carta de crédito) junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive os referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão custeados pela CONTRATADA, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, será adotada a mesma regra estipulada para o contratado nacional.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

O motivo da licitação com previsão de participação de empresas estrangeiras decorre das constatações já elencadas no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal. Parágrafo único, art. 70, Lei 14.133/2021

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Ato de autorização para o exercício da atividade, vigente, para produção de material balístico pelo órgão competente do país de origem.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}); \text{ e}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor ou documento equivalente.

Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Atestado que demonstre em sua individualidade ou soma parcela de maior relevância do fornecimento objeto desta licitação, qual seja: munição, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133/21.

Entende-se por pertinente e compatível em quantidades: Atestado que comprove que a empresa efetivamente realizou ou realiza a entrega da munição demandada no objeto desta licitação, cujo quantitativo seja pelo menos de 10% de cada item. Permitindo a soma de contratos concomitantes ou não para atingir a quantidade exigida; art. 67, § 2º da Lei n.º 14.133/2021.

No caso de licitante ser empresa estrangeira, que não possuir atestado de capacidade técnica, poder-se-á comprovar mediante notas fiscais, *invoices* ou outros documentos equivalentes, após análise e aceitação da equipe técnica.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Deverá apresentar, válido e vigente:

Autorização do Exército Brasileiro para todos os produtos que são controlados por ele, no que diz respeito à fabricação, utilização, importação, desembaraço, tráfego, comércio e representação comercial devem obedecer a legislação vigente, devendo ser apresentado documento que comprove a autorização ou os dados da empresa constar em lista do Exército das empresas autorizadas (com registro) para fabricar e produzir PCE.

Para empresas estrangeiras, deverá ser apresentado documento equivalente que autoriza, licencia as atividades acima.

Todos os documentos deverão ser apresentados no ato da proposta ou ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico do Exército Brasileiro - EB.

A referida comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser a Licitante.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 182.351.867,37

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação das munições do órgão gerenciador é de R\$ 68.600.080,79 (sessenta e oito milhões, seiscentos mil, oitenta reais e setenta e nove centavos).

O custo estimado total da contratação das munições dos órgãos participantes é de R\$ 113.751.786,58 (cento e treze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Perfazendo um total estimado da contratação de **R\$ 182.351.867,37 (cento e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos)** conforme tabela abaixo:

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

11. Pregão Internacional

FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO

Na disciplina das licitações, o Pregão, acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante o Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas.

A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

Possibilidade de adquirir equipamentos com tecnologia avançada sem exclusão de empresas nacionais que atendam às especificações e certificações exigidas conforme doutrina e critérios técnicos;

Redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior;

Ampliação da competitividade, pela possibilidade de participação de empresas estrangeiras, o que não exclui a participação de empresas nacionais.

Economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Federal permitirá a aquisição de mais equipamentos com o mesmo orçamento no caso de itens não produzidos ou disponibilizados por empresas nacionais.

Em relação à forma eletrônica, necessário evidenciar que em verdade, as habilitações e cadastros prévios exigidos bem como os certames na forma eletrônica são um grande avanço na sistemática de aquisições do Governo Federal. Essa realidade aplica-se a fornecedores nacionais. Isso porque forma eletrônica exige o cadastro da empresa no sítio de compras do Governo Federal e a chave para tanto é o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), o que restringe a participação de empresas internacionais em nome próprio. A alternativa é a participação dessas empresas por meio de um representante nacional habilitado para tal. Outra problemática diz com a efetivação dos lances e equalização das propostas vez que lances em moeda estrangeira não são aceitos para modalidade ordinária do Pregão no sítio de compras governamentais do Governo Federal. Também não há funcionalidade para equalização das propostas, ficando a cargo dos licitantes conhecer da sistemática de tributos que oneram os bens objeto da licitação, o que pode ensejar equívocos a prejudicar o bom andamento da sessão.

Conforme histórico citado acima, por essas razões a Polícia Federal utilizou-se em processos anteriores da modalidade Pregão Presencial para certames internacionais. Entretanto, tem-se presenciado a utilização da forma eletrônica por outros órgãos, razão pela qual neste momento a forma eletrônica, que é a de eleição, será empregada.

De acordo com pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Banco de Preços, foi constatado que a quase totalidade das contratações de fornecimento de munições, realizadas atualmente, em âmbito nacional, se dá por contratação direta, em virtude de número reduzido de fornecedores nacionais. Assim, visando buscar eficiência (art. 37 da Constituição Federal), ampliar a competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/21), uma vez que o mercado neste caso é invertido, pois há expressiva quantidade de fabricantes no exterior, sendo necessário fazer considerações mercadológicas na fase de planejamento da contratação (art. 18 da Lei nº 14.133/21), além da necessidade de incentivar a oferta de munições mais adequadas e que superem a qualidade limitada verificada em compras de âmbito nacional, por tais razões se busca ampliar a competição para elevar o nível de qualidade das compras.

12. Consórcio e Cooperativas

DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO e cooperativas

Consórcio

Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

Cooperativas

Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas neste pregão:

Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

Garantia da qualidade dos serviços: A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra pode ser sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.

Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias: Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. O risco de inadimplência poderia ser transferido à Administração Pública, o que é indesejável e prejudicial para ambas as partes.

13. Empresa de Pequeno Porte e Microempresa

DA NÃO ADMISSÃO DE COTA PARA EMPRESA DE PEQUENO POR E MICROEMPRESSA

Não será estabelecido cota para EPP/ME, com fulcro no Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, em decorrência do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, havendo prejuízos nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

Não será prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, recepcionada pelo Art. 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021 tendo em vista que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no Art. 49, inciso II, da referida Lei Complementar Art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS

Agente de contratação

EDUARDO HOFMANN

Agente de contratação

FERNANDO ALMEIDA CORNELIUS

Agente de contratação

EMANUEL PIMENTEL DANTAS

Agente de contratação

ANDRE LUIS LIMA CARMO

Autoridade competente